

aéreos ou antibios — se o Governo central os requisitar em caso de comoção nacional grave, catástrofe ou guerra. A mensagem foi logo captada pelo empreguismo indormido. Resultado: o Tesouro Nacional vai tirar este ano mais algumas dezenas de bilhões de cruzeiros das obras sociais para destiná-las a manter o Lloyd navegando a meia-nau, como vem fazendo.

Mesmo com toda sua proclamada pujança, o Brasil não aguenta mais a manutenção dos poleiros, nem as reservas de cabides de emprego. É preciso que a Nação, ou alguém por ela, em nome dos deserdados, enfrente desassombadamente os que persistem em manobras em favor dos privilégios e dos privilegiados.”

Dez dias do meu pronunciamento o Senador Fernando Henrique Cardoso, da Tribuna do Senado, abordou o que chamou de crise nacional. Para o Senador aumentou a profunda descrença que já era corrente no povo, se instalando, agora, nas elites do País. Afirmou o Senador do PSDB, que há “uma nitida sensação que o caos está próximo”.

A preocupação expressada por mim, através do meu discurso Indignação Geral, pelo Senador Fernando Henrique Cardoso e pelo Dr. Paulo Maluf, remetem à reflexão numa única direção: a crise ética e moral porque passa o País, refletindo o sentimento de um povo com esse estado de coisas que hoje, estão tornando o Brasil, quase irrespirável.

Volto ao assunto porque penso que algo precisamos fazer: o Congresso Nacional como representante do povo, o Governo como liderança e autoridade máxima do País. Toda a nação deve ser mobilizada para mudar este estado de coisas, as lideranças de classe, as elites, enquanto é tempo devem se unir para uma ação conjunta reestabelecendo as mais largas e sonhadas perspectivas que este País, como Nação tem o direito de exigir.

**O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB-DF. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a disposição do Presidente da República de vetar a política salarial e a lei do salário mínimo exige de nossa parte um posicionamento muito claro. Não é possível que um acordo que envolveu tantos partidos políticos nesta Casa, depois de semanas de discussão e sucessivas tentativas para estabelecer uma política salarial, como no passado, seja igualmente vetado.

Com uma perspectiva inflacionária que, segundo prenunciam os economistas, poderá atingir o índice de 20% no mês de setembro, não podemos admitir que o Governo venha a vetar, em nome do combate à inflação e da austeridade que não é praticada em outras áreas governamentais, os mecanismos mínimos de proteção ao salário dos trabalhadores.

Anuncia-se o veto à correção dos salários situados entre três e sete salários mínimos; veta-se o dispositivo que previa a correção mensal, a partir de janeiro, dos salários situados na faixa de até três mínimos. Por isso, Sr. Presidente, acreditamos que o Congresso Nacional, no momento da apreciação dos vetos, deve afirmar sua soberania, repudiando esses vetos.

Gostaria também de fazer um alerta ao Congresso Nacional. Não é possível, Sr. Presidente, que tenhamos uma próxima semana improdutiva, como foi esta que ora finda. Todas as sessões do Congresso Nacional foram canceladas em virtude dos mais variados motivos. Com uma lista de vetos obstruindo a pauta das próximas votações, talvez não tenhamos condições de apreciar nem aquele que diz respeito à lei salarial e ao salário mínimo, nem os outros que já ficaram para trás, relativos aos reajustes dos servidores.

É necessário, então, que o Congresso Nacional seja convocado na semana que vem com uma pauta deliberada e clara, para se apreciar essas matérias que estão obstruindo as votações e para que tenhamos condições de, imediatamente, tão logo cheguem ao Congresso Nacional, examinar esses vetos relativos à política salarial.

Muito obrigado.

**A SRA. SANDRA CAVALCANTI (Bloco-RJ. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, ouvi atentamente os pronunciamentos feitos, na tarde de hoje por colegas que integram a bancada da Amazônia. Sou representante da bancada do Estado do Rio de Janeiro, mas me orgulha o fato de ter nascido em Belém do Pará, onde ainda está mais da metade de toda a minha família. Conheço a Amazônia desde criança; frequento aquela área e tive oportunidade, em 1985, de fazer a conferência-chave no Seminário de Tropicologia que se desenrolou na cidade de Manaus, em que o tema naquele ano já era a defesa da Amazônia e sua importância em relação à qualidade de vida do planeta Terra.

Esse Seminário de Tropicologia foi organizado pela figura extraordinária, talvez a mais importante personalidade reconhecida no mundo inteiro do ponto de vista da cultura e da audácia das suas posições, que foi Gilberto Freire. Recordo muito bem de, na ocasião, em 1985, ter chamado a atenção para esse fato: Vai chegar o dia em que a Amazônia, a pretexto de ser o pulmão do mundo, a pretexto de ser o local onde ocorre a transformação de energia no oxigênio que o planeta respira, vai ter seu preço cobrado muito alto ao Brasil.” Isso consta da minha conferência de 1985.

Hoje, o que se vê é exatamente isso. A reunião que acontecerá em 1992, no Rio de Janeiro, não vai tratar dos interesses brasileiros. Em 1972 houve uma primeira reunião desse tipo, em Estocolmo, o primeiro encontro mundial para tratar da qualidade de vida e meio ambiente, que terminou com a “declaração de Estocolmo”.

Em função dessa declaração, houve no mundo um grande trabalho por parte da Organização Mundial de Saúde, da Unesco e de organizações governamentais e não-governamentais, para manter, nas nações desenvolvidas e nos Países em desenvolvimento, uma política de água potável, porque a tônica de Estocolmo foi essa: se o Planeta Terra, continuar poluindo as suas águas doces, chegará ao final do século com déficit de água potável e de água de boa qualidade permita que às pessoas sobrevivem.

Em seguida, houve a reunião de Toronto, no Canadá — dez anos depois — quando o problema água estava equacionado em todos os países, inclusive no Brasil.

Os brasileiros, que chegam aos Estados Unidos se espantam quando bebem água da torneira porque houve um programa, executado durante 25 anos, cujo objetivo foi fazer com que toda a água que carecesse em qualquer torneira nos Estados Unidos fosse potável, de boa qualidade.

O Brasil aderiu ao Protocolo de Helsinque, e Protocolo de Estocolmo e, no entanto, continuamos tendo no País uma das piores formas de fornecimento de água domiciliar urbana e de água para abastecimento das cidades ribeirinhas o que dá origem à maior variedade possível de epidemias e de endemias. O País gasta fortunas para tratar doenças que não existiriam se as águas estivessem tratadas, e não fossem poluídas.

O Deputado Victor Faccione leu o trecho de um artigo do Presidente do PDS, Paulo Maluf, em que S.S<sup>o</sup> chama a baía da Guanabara de “o maior lixão do Continente”. É um equívoco do Deputado Faccioni e do Presidente Maluf. O

maior lixão, em matéria de população de água, é o rio Tietê, ali em São Paulo. Estamos fazendo, há mais de vinte anos, no Rio de Janeiro, um trabalho de despoluição da baía da Guanabara é o trabalho que queremos exibir em 1992 para o mundo, mostrando que já conseguimos reduzir a menos de 50% a poluição mórbida da baía da Guanabara. Se for completado o circuito de estações de tratamento de água, tarefa relativamente simples e não tão cara assim, poderemos exibir, na oportunidade, um efeito realmente extraordinário, a reconquista de águas vivas da baía da Guanabara.

Mas, Sr. Presidente, a primeira reunião foi sobre águas. A segunda, no Canadá, foi sobre o ar, quando o mundo tomou conhecimento da ruptura da camada de ozônio e de que estávamos perdendo proteção contra os raios ultravioletas, na ocasião, todas as indústrias que usavam aerossóis, no mundo inteiro, foram convidadas a não fazê-lo, para ajudar a despoluir o ar.

Ora, Sr. Presidente, a poluição do ar no Brasil, nas grandes cidades, é um escândalo, começando por São Paulo, seguida pelo Rio de Janeiro, Belo Horizonte e outras cidades industriais, que já são até modelos desse trabalho, como é o caso de Cubatão. Agora, nesse encontro do Rio já tendo sido analisado os problemas da água e do ar em reuniões anteriores entram na pauta de discussão as florestas. É por isto que essa reunião do Rio temos que estar muito atentos. Como esses outros países não têm florestas, porque já devastaram todas as que tinham, pode ser que eles queiram exigir do Brasil o sacrifício de não desenvolver as áreas brasileiras onde existem oxigênio do mundo.

Por isso, Sr. Presidente, creio que a questão está sendo muito mal colocada, tanto pelos chamados ambientalistas brasileiros, como pela imprensa e, pior ainda pelo Secretário encarregado do assunto esse professor gaúcho, figura internacional de ecologia, que conhecia o mundo inteiro mas nunca havia pisado na Amazônia, até o ano passado.

Faço esses registros em meu nome pessoal, porque não falo em nome da bancada do Rio de Janeiro, mas como uma brasileira que mora no Rio de Janeiro — todos os brasileiros são, de certa maneira, cariocas e, sendo assim, interessam-se pelas coisas dos outros Estados. Faço este registro repito — como uma carioca nascida em Belém do Pará.

É um desaforo imaginar que possa falar em nome do Brasil, numa reunião dessas, uma figura tão carioca, tão ridícula e grotesca como a desse professor gaúcho que, não entendendo nada do que está acontecendo, aparece diante do mundo não como um índio, cheio de miçangas, bronco, incompetente como eram os índios brasileiros e como são esses que andam por aí e fazem sucesso, mas pior do que isso, Sr. Presidente, para dizer a todo o mundo o seguinte: "Eu posso ser o Secretário de Defesa do Meio Ambiente do Brasil e não entendo nada de Brasil". Esse é o escândalo maior que registramos no dia de hoje.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PMDB-PR.** Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estamos encaminhando, hoje pedido de criação de uma CPI para investigar a situação dos cidadãos brasileiros no exterior.

Sr. Presidente, quando da estada, aqui no Brasil, do Primeiro-Ministro de Portugal Aníbal Cavaco Silva, um grupo de Parlamentares se movimentou em defesa dos interesses dos brasileiros residentes em Portugal, juntamente num momento em que tínhamos a certeza de que, com a vinda de S. Ex<sup>a</sup> ao Brasil, os problemas dos brasileiros lá poderiam

ser resolvidos, lamentavelmente, absolutamente nada aconteceu. Procuramos o Itamaraty, a Comissão de Relações Exteriores e nos manifestamos diversas vezes nesta Casa para denunciar a questão dos maus-tratos aos brasileiros no exterior, especialmente em Portugal. Qualquer outro país do mundo poderia não tratar bem o brasileiro, porém o último país, onde esperaríamos não houvesse um tratamento adequado indigno ao brasileiro, seria Portugal, a nossa pátria-mãe, a pátria que gerou esta Nação. Não bastassem os vínculos da colonização, há tratados em vigor entre o Brasil e Portugal e que não estão sendo cumpridos. Lamentavelmente, a situação é difícil. No Brasil, há mais de quatro milhões de portugueses. Em Portugal, temos apenas e tão-somente 25 mil brasileiros. Gostaríamos de ver um tratamento condigno ao cidadão brasileiro residente em Portugal que isso servisse de exemplo para os demais países do mundo. Se, em Portugal, nosso irmão brasileiro, não é tratado com dignidade, com civilidade, imaginem nos outros países do mundo o que está acontecendo.

Sugeri ao Itamaraty a criação de Secretaria Especial de Defesa do Cidadão Brasileiro no Exterior. Já são 600 mil brasileiros no exterior: no Japão, 150 mil. A notícia que temos do Japão, por exemplo, é de que estão sendo utilizados em subemprego, explorados por pessoas inescrupulosas, que levam para lá esses brasileiros para trabalharem a preço vil no mercado japonês.

Sr. Presidente, diante da importância que essa questão assume nos dias de hoje, com a economia global, com a internacionalização de economia, nesta virada de século, é inadmissível não ser o cidadão brasileiro tratado com dignidade.

Imagino, Sr. Presidente, se um cidadão norte-americano tivesse, em qualquer país do mundo, tratamento inadequado, como está tendo o brasileiro em Portugal. O que aconteceria? Imediatamente, muitas forças se mobilizariam. O que esperamos é que, a partir dessa CPI que vai tratar a questão do cidadão brasileiro no exterior, em especial em Portugal e no Japão, sejam tomadas providências.

Neste sentido, estou também propondo a formação de um bloco parlamentar de defesa do cidadão no exterior, a começar pelo cidadão brasileiro em Portugal. Convoco os Srs. Parlamentares a aderirem a esse bloco. Estarei também encaminhando, nos próximos dias proposta de emenda constitucional, para a qual estou acabando de coletar as assinaturas, no sentido de suprimir o art. 12, § 1º que trata da reciprocidade de tratamento aos portugueses no Brasil e brasileiros em Portugal. A nossa Constituição prevê a reciprocidade, mas não a Constituição portuguesa. Portanto, estamos encaminhando emenda neste sentido, para resolver o problema rapidamente, caso contrário, eles irão se integrar cada vez mais à Comunidade Econômica Europeia e, então, não haverá solução para esses 25 mil brasileiros que estão em Portugal, muitos deles sem residência, nem possibilidade de exercitarem suas profissões.

Neste sentido usamos a palavra para encaminhar este pedido de criação da CPI, com as assinaturas devidas — e já deve haver umas 180 assinaturas — para que possamos examinar com detalhe a situação dos brasileiros em Portugal, no Japão ou em qualquer lugar. Poderíamos verificar também a situação dos cidadãos brasileiros nos Estados Unidos, onde há um contingente gigantesco de irmãos nossos. Mas as notícias que temos dos Estados Unidos são boas. Lá, o cidadão brasileiro, embora com dificuldade, rapidamente se integra à comunidade.